Tribunal Regional do Trabalho da
2ª Região

Boletim de Jurisprudência

Secretaria de Gestão da Informação Institucional
Coordenadoria de Gestão Normativa e Jurisprudencial
Seção de Divulgação

38/2015

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março está disponível na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

AÇÃO CAUTELAR E MEDIDAS

Cabimento

É incabível medida cautelar objetivando a suspensão dos efeitos de decisão já transitada em julgado. (TRT/SP - 00026021820145020090 - RO - Ac. 17ªT [20150471950](#) - Rel. Sergio Jose Bueno Junqueira Machado - DOE 03/06/2015)

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Cabimento

Agravo de instrumento interposto visando destrancar agravo de petição declarado incabível. Não estando ainda garantido o Juízo, correta a negativa do processamento do agravo de petição pretendendo liberação de valor parcial do crédito que foi penhorado nos autos. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (PJe-JT TRT/SP - [00023746020115020086](#) - RO - Ac. 3ªT - Rel. Mércia Tomazinho - DEJT 12/06/2015)

ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Rebaixamento

Diferenças salariais. O reconhecimento judicial obtido pelo reclamante quanto à integração da gratificação SUDS não pode corresponder à redução dos seus ganhos anteriores, sob pena de afronta ao que dispõe o artigo 468, da CLT. (PJe-JT TRT/SP [10021735220145020472](#) - 2ªTurma - RO - Rel. Sonia Maria Forster do Amaral - DEJT 12/08/2015)

APOSENTADORIA

Décimo terceiro salário

Auxílio alimentação. 13ª parcela. O pedido de 13ª parcela se refere à integração do valor do auxílio alimentação à complementação de aposentadoria, julgado improcedente por este Tribunal. A parcela acessória segue o pedido principal. É indevida a 13ª parcela do auxílio alimentação. (TRT/SP - 00016256920115020045 - RO - Ac. 6ªT [20150584258](#) - Rel. Edilson Soares de Lima - DOE 08/07/2015)

Efeitos

Aposentadoria. Manutenção de plano de saúde. A Lei 9.656/1998, ao mencionar a manutenção das condições de cobertura assistencial, visou evitar que o empregador alterasse o plano de saúde para outro de nível inferior em franco prejuízo ao trabalhador. Vale dizer, o que a lei assegurou foi a manutenção da qualidade da prestação de serviços de saúde, nada mais. Em nenhum momento a lei assegurou ao trabalhador a manutenção do plano de saúde pelo mesmo valor da contribuição descontada em folha durante o contrato de trabalho; a lei é clara ao determinar que o benefício será concedido desde que o interessado assumo o pagamento integral do plano. (PJe-JT TRT/SP - [10006280820135020463](#) - RO - Ac. 3ªT - Rel. Mércia Tomazinho - DEJT 12/06/2015)

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Indeferimento. Apelo.

Assistência Judiciária Gratuita. A sentença recorrida entendeu que a procedência parcial da demanda implicará pagamento de mais de R\$ 30.000,00 ao Reclamante, motivo pelo qual não pode mais ser considerado pobre na acepção jurídica do termo. Divergimos deste entendimento. O Reclamante é pessoa humilde, não estando em condições de arcar com as despesas processuais, portanto, requereu a concessão dos benefícios da justiça gratuita (art. 5º, LXXIV, CF; artigos 14 e seguintes da Lei 5.584/70; Lei 1.060/50 e Lei 7.115/83). A declaração (fls. 14) atende ao disposto na legislação. A presunção de veracidade das alegações do Reclamante, em relação às suas condições financeiras, militam a seu favor. Ao receber em juízo os direitos que lhe foram reconhecidamente sonegados, o Autor não se torna automaticamente uma pessoa rica. Ao ter direitos inadimplidos, o Autor pode ter contraído dívidas, enfrentado situações financeiras delicadas e, por consequência, esses valores que recebe hoje, tardiamente, não implicam admitir que o Reclamante pode custear o processo sem prejuízo do sustento próprio. Acolhe-se o apelo para deferir ao Reclamante os benefícios da assistência judiciária gratuita. (TRT/SP - 00019793420135020301 - RO - Ac. 14ªT [20150196843](#) - Rel. Francisco Ferreira Jorge Neto - DOE 20/03/2015)

BANCÁRIO

Sábado

Bancário. Divisor 150. Repouso semanais remunerados. Sábados. A expressão "inclusive", na redação dada à cláusula normativa, esclarece que não só os domingos são repouso semanais, mas também os sábados e os feriados. Impõe-se, por conseguinte, a aplicação do divisor 150. Inteligência da Súmula 124, I, do C. TST. Recurso a que se nega provimento. (PJe-JT TRT/SP [10016458820145020384](#) - 2ªTurma - RO - Rel. Sonia Maria Forster do Amaral - DEJT 12/08/2015)

CARTEIRA DE TRABALHO

Omissão

Retenção da CTPS. Nos termos do art. 29 da CLT, tem o empregador o prazo de 48 horas para fazer as anotações devidas na CTPS e devolvê-la ao empregado, caso contrário, fica sujeito ao pagamento de multa prevista no art. 53 do mesmo diploma legal, de cunho administrativo, bem como ao pagamento de indenização ao empregado, conforme entendimento da SDC do C. TST preconizado no PN nº 98, desde que o empregado comprove ter apresentado reclamação perante a Delegacia Regional ou órgão autorizado, de acordo com o artigo 36 da CLT ou, ao menos, o prejuízo concreto sofrido em decorrência da retenção do documento, hipóteses ausentes em tela. Recurso do reclamante improvido. (TRT/SP - 00034570220135020035 - RO - Ac. 12ªT [20150499641](#) - Rel. Sonia Maria Prince Franzini - DOE 19/06/2015)

COMPETÊNCIA

Contribuição previdenciária

Recolhimentos das contribuições previdenciárias durante o contrato de trabalho. Incompetência da Justiça do Trabalho. A competência da Justiça do Trabalho

limita-se à "execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir" (art. 114, VIII, da Constituição Federal), excetuando-se a execução das contribuições previdenciárias relativas aos pagamentos realizados no curso do vínculo empregatício, segundo a interpretação dada pelo Plenário do STF no julgamento do RE 569.056. Impõe-se a extinção do feito sem resolução de mérito, em relação a esse tópico, na forma do art. 267, VI, do CPC, por incompetência material da Justiça do Trabalho. (TRT/SP - 00020677420135020074 - RO - Ac. 3ªT [20150348295](#) - Rel. Kyong Mi Lee - DOE 06/05/2015)

CUSTAS

Prova de recolhimento

Custas processuais. Recolhimento após 01/01/2011 em guia imprópria. Deserção. Para os pagamentos efetuados a partir de 01/01/2011, as custas processuais devem ser recolhidas mediante Guia de Recolhimento da União - GRU Judicial, com o código 18740-2, nos termos do Ato Conjunto 21/2010 - TST.CSJT.GP.SG, que dispõe sobre o recolhimento das custas e emolumentos na Justiça do Trabalho. Realizado o recolhimento por meio do boleto bancário simples, considera-se deserto o apelo. Recurso da reclamada que não se conhece. (TRT/SP - 00010525320135020015 - RO - Ac. 13ªT [20150724416](#) - Rel. Cíntia Táffari - DOE 25/08/2015)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por dano moral em geral

Indenização por danos morais. Ofensas psicológicas. Princípios legais, sociais e do próprio empregador, Greenpeace, afetados. Dever de reparação. Comprovado nos autos que o comportamento de preposto da ré - que exercia função de liderança e coordenava as reuniões semanais na sede do Greenpeace - carecia da urbanidade adequada ao ambiente do trabalho e era a tal ponto hostil, agressivo, desrespeitoso, ofensivo e opressor que mobilizou os funcionários da ré a denunciá-la perante o Ministério Público do Trabalho, em contrariedade até mesmo aos valores e princípios lançados no seu sítio da rede mundial de computadores, e até mesmo pela sua atuação social em prol da paz mundial, revela-se evidenciada a ofensa psicológica ao trabalhador, apta à reparação indenizatória extrapatrimonial. Constitui dever do empregador de propiciar e zelar por um ambiente de trabalho saudável, inclusive do ponto de vista psicossocial, respondendo pelos atos de seus prepostos que importem violação a esse dever e lesão à integridade psíquica e à dignidade de seus empregados, com espeque nos artigos 932, III, e 933, do Código Civil e Súmula nº 341 do E. STF. Recurso do reclamado improvido. (TRT/SP - 00022278220145020036 - RO - Ac. 8ªT [20150715042](#) - Rel. Celso Ricardo Peel Furtado de Oliveira - DOE 25/08/2015)

Aborrecimentos circunstanciais. Dano moral não configurado. Pequenos conflitos por razões diversas entre os próprios empregados ou com a chefia podem provocar dissabores e descontentamentos entre os colegas, gerando-lhe incômodos e aflições no dia a dia do ambiente de trabalho. Logo, a ausência de respostas a uma pergunta, a expressão de cara feia ou uma fala entonada de modo ríspido, sob certas circunstâncias, não ofendem a dignidade humana e, portanto, não são suficientes para ensejar indenizações por dano moral, pena de se ressarcir todo e qualquer fato gerador de aborrecimentos e discussões no ambiente de trabalho. Recurso Ordinário não provido. (TRT/SP -

00025378920125020026 - RO - Ac. 14ªT [20150315494](#) - Rel. Davi Furtado Meirelles - DOE 30/04/2015)

EMBARGOS DECLARATÓRIOS

Cabimento e prazo

Embargos de declaração. Meio impróprio. A demanda deve ser decidida observando-se a *litiscontestatio*, ou seja, cabe ao Regional tão somente a análise das manifestações trazidas pelas partes que não extrapolem os limites da inicial e da defesa, desprezando-se as assertivas que cuidam de inovação à lide. A arguição trazida pela ré tão somente em contrarrazões não pode ser apreciada. Se a embargante entende que houve equívoco deste Regional, cabe-lhe demonstrar sua tese pela via adequada. Afigura-se inapta a via eleita ao fim colimado. (TRT/SP - 00017482620125020015 - RO - Ac. 7ªT [20150688886](#) - Rel. Dóris Ribeiro Torres Prina - DOE 14/08/2015)

EXECUÇÃO

Arresto

Arresto. Honorários advocatícios. Arresto que tem como fundamento a existência de valores provenientes de honorários advocatícios recebidos pelo executado. Honorários de profissionais liberais que são absolutamente impenhoráveis por expressa disposição legal (art. 649, inciso IV, do Código de Processo Civil). Impossibilidade de penhora dos honorários advocatícios que leva à ausência de pressuposto lógico para o arresto. (TRT/SP - 01449004320025020061 - AP - Ac. 6ªT [20150584479](#) - Rel. Edilson Soares de Lima - DOE 08/07/2015)

FÉRIAS (EM GERAL)

Acidente do trabalho

Férias. Empregado afastado por Auxílio-Doença no curso do Período Aquisitivo. Limite não atingido. Nos termos do artigo 133, inciso IV, da CLT, não tem direito às férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, ficar afastado pelo INSS recebendo auxílio-doença pelo período de 6 meses, contínuos ou não. Não é o caso dos autos, portanto, devidas as férias proporcionais acrescidas de 1/3. Recurso da reclamada ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 00006547220145020015 - RO - Ac. 13ªT [20150679089](#) - Rel. Cíntia Táffari - DOE 11/08/2015)

Em dobro

Férias trabalhadas. Efeitos. Havendo trabalho no período destinado ao gozo de férias e não havendo prova nos autos de qualquer pagamento pelos dias trabalhados, a condenação deve ser pelo pagamento em dobro (trabalho + ausência de descanso), com o abono de 1/3. (PJe-JT TRT/SP - [10003975820145020717](#) - RO - Ac. 6ªT - Rel. Antero Arantes Martins - DEJT 12/05/2015)

FERROVIÁRIO

Cargo de administração superior

Desvio de função. O fato de o empregador não tirar o proveito máximo do pessoal contratado ou solicitar dos empregados menos do que lhe é facultado no âmbito do poder de direção, por si só, não dá direito ao empregado que exerce as atividades

efetivamente atribuídas ao seu cargo, ao salário daquele que supostamente é subaproveitado. No caso, verifica-se que o maquinista especializado não está tendo o seu potencial totalmente aproveitado pela empregadora, pois deixa de ministrar os cursos para os quais está capacitado, executando, ele sim, as mesmas funções de um maquinista não especializado. (TRT/SP - 00000671720135020005 - RO - Ac. 11ªT [20150251151](#) - Rel. Wilma Gomes da Silva Hernandez - DOE 07/04/2015)

GRATIFICAÇÃO

Função

Gratificação pelo desempenho de atividades no Poupatempo - GDAP. Lei Complementar Estadual 847/1998. Os destinatários da GDAP são os servidores públicos estaduais da Administração Pública Direta ou Autárquica, designados pelo Secretário de Estado, Superintendentes, ou pelo Procurador-Geral do Estado, conforme Lei Complementar Estadual 847/1998, não se incluindo, portanto, os servidores das Sociedades de Economia Mista. Recurso improvido. (TRT/SP - 00008900720135020032 - RO - Ac. 12ªT [20150383503](#) - Rel. Sonia Maria de Oliveira Prince Rodrigues Franzini - DOE 15/05/2015)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (EM GERAL)

Ferrovária

CPTM. Adicional de risco. Encarregado de estação. Benefício instituído pela norma coletiva aos empregados integrantes dos cargos de Agente, Encarregado e Supervisor de Segurança, quando atuando nas funções típicas da Segurança Operacional ou da Segurança Patrimonial. O reclamante não está enquadrado em qualquer das classes em referência, sendo certo que o objetivo da norma é assegurar o adicional de risco de vida aos trabalhadores que exercem atividades típicas de segurança. Em se tratando de vantagem instituída por negociação coletiva, não prevista em lei, deve receber interpretação restritiva. Recurso ordinário a que se nega provimento. (TRT/SP - 00005444020135020005 - RO - Ac. 3ªT [20150656658](#) - Rel. Luciana Carla Corrêa Bertocco - DOE 04/08/2015)

Periculosidade

Eletricista. Adicional. Trabalhador contratado como eletricista desde o início do pacto laboral deve perceber o adicional de periculosidade, não o adicional de insalubridade, mesmo que sua ativação seja em hospital. Recurso Ordinário patronal não provido. (TRT/SP - 00021957620125020059 - RO - Ac. 14ªT [20150257516](#) - Rel. Davi Furtado Meirelles - DOE 17/04/2015)

Profissionais de tv a cabo e telefonia. Adicional de periculosidade. Comprovado o exercício de atividades de forma permanente ou intermitente em contato com sistema elétrico de potência é devido o adicional de periculosidade. Inteligência da OJ nº 347 da SDI-I do C. TST. (TRT/SP - 00000482820135020064 - RO - Ac. 2ªT [20150740357](#) - Rel. Jucirema Maria Godinho Gonçalves - DOE 28/08/2015)

JORNADA

Tempo à disposição do empregador. Transporte ao local de trabalho.

Minutos residuais registrados nos cartões de ponto. Tempo à disposição. Artigo 4º, da CLT. Possibilidade. Nos termos do artigo 4º CLT, "Considera-se como serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador,

aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada". Infere-se da leitura do dispositivo legal que a ordem jurídica brasileira não adotou a teoria do efetivo trabalho, mas sim o critério do tempo à disposição do empregador. E, sendo inconcusso que após passar o cartão o empregado faz a troca de roupas, toma café e aguarda o início da jornada, é devido o tempo gasto em tal atividade, mesmo porque a hipótese dos autos supera aquela estabelecida na Súmula nº 366 do C. TST. Nestas circunstâncias, são devidos os minutos residuais, mas não na forma do decreto condenatório e sim com base nos cartões de ponto. Recurso ordinário a que se dá provimento. (PJe-JT TRT/SP - [10002380720145020462](#) - RO - Ac. 5ªT - Rel. Maurílio de Paiva Dias - DEJT 08/05/2015)

MÃO-DE-OBRA

Locação (de) e subempregada

Vínculo de emprego. Exercício de função na atividade-fim da empresa. Subordinação objetiva. A inserção da prestação de serviço do reclamante na atividade-fim da primeira reclamada faz presumir a subordinação jurídica, denominada de "subordinação objetiva", pois não se pode admitir que a empresa conceda aos trabalhadores autonomia para realizar as tarefas que estão relacionadas com a sua própria sobrevivência. (PJe-JT TRT/SP - [10008691620145020602](#) - RO - Ac. 6ªT - Rel. Antero Arantes Martins - DEJT 12/05/2015)

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Geral

Intervalo redução por norma coletiva. Impossibilidade. Redução por ato ministerial. Portaria 42/2007. Invalidez. A Corte Superior do Trabalho firmou entendimento quanto à impossibilidade de alteração da norma referente ao intervalo intrajornada por meio de instrumento coletivo, seja para não concessão, concessão parcial ou fracionamento, na forma do inciso II da Súmula 437 do C. TST. Nesses termos, não há como admitir a validade da redução da pausa intrajornada sob o prisma dos diplomas negociais da categoria. Quanto à autorização ministerial consubstanciada na Portaria nº 42 do MTE, é certo que referida norma não se presta ao fim colimado, pois indigitado ato administrativo, além de ter sido revogado na data de 20 de abril de 2010, por meio da Portaria n. 1.095/2.010, traz em seu bojo autorização genérica, fazendo remissão à norma coletiva, em descompasso, portanto, com o Texto Consolidado que apenas excepciona a possibilidade de redução do intervalo mediante autorização do Ministério do Trabalho e desde que os empregados não estejam sujeitos a jornada extraordinária. (TRT/SP - 01624000220095020054 - RO - Ac. 6ªT [20150340430](#) - Rel. Valdir Florindo - DOE 07/05/2015)

NORMA COLETIVA (EM GERAL)

Objeto

Cestas básicas. Substituição por reajuste salarial. Negociação Coletiva. Respeito à autonomia privada coletiva. A substituição das cestas básicas anteriormente concedidas por reajuste salarial no ano de 2002 não foi uma determinação da reclamada, mas fruto de negociação coletiva, motivo pelo qual, em prestígio ao princípio da autonomia privada coletiva, há de ser respeitada, mormente porque a recorrente somente foi admitida anos após tal ajuste, situação expressamente

prevista na cláusula 43ª da convenção de 2012/2014. Não se trata de salário complessivo. Apelo não provido. (PJe-JT TRT/SP [10016442520145020604](#) - 3ªTurma - RO - Rel. Luciana Carla Corrêa Bertocco - DEJT 07/08/2015)

PARTE

Legitimidade em geral

Ilegitimidade de parte. Não configuração. A legitimidade de parte deve ser aferida de modo abstrato, nos termos da Teoria da Asserção, tomando-se legítima a parte contra quem o Autor opõe a pretensão deduzida em Juízo. (TRT/SP - 00015219320135020017 - RO - Ac. 2ªT [20150740268](#) - Rel. Jucirema Maria Godinho Gonçalves - DOE 28/08/2015)

PORTUÁRIO

Normas de trabalho

O OGMO não é competente para opinar quanto a fusão de credencial para o exercício de outra atividade, senão da que diz respeito tão somente ao TPA, de acordo com a Lei nº 12.815/2013. (TRT/SP - 00015466120145020441 - RO - Ac. 17ªT [20150471852](#) - Rel. Sergio Jose Bueno Junqueira Machado - DOE 03/06/2015)

PRESCRIÇÃO

Início

Sentença normativa. Contrato de trabalho vigente. Prescrição quinquenal. Estando o contrato de trabalho em vigor, não se aplica a prescrição bienal, mas apenas a quinquenal (art. 7º, XXIX, da CF/88) e contada da data do trânsito em julgado da sentença normativa, nos termos da Súmula nº 350 do E. TST. (TRT/SP - 00017959120135020038 - RO - Ac. 5ªT [20150711896](#) - Rel. Jomar Luz de Vassimon Freitas - DOE 21/08/2015)

Prescrição. Termo *a quo* para o ajuizamento de nova ação. Em havendo reclamatória anterior idêntica, a contagem do biênio prescricional, interrompida com o seu ajuizamento, reinicia-se a partir do último ato praticado naquele processo que, no caso em tela, deu-se com o trânsito em julgado da sentença de extinção do feito, conforme o art. 202, § único, do Código Civil. (TRT/SP - 00009037020125020313 - RO - Ac. 3ªT [20150348252](#) - Rel. Kyong Mi Lee - DOE 06/05/2015)

Interrupção e suspensão

Prescrição. Interrupção do prazo. A contagem do prazo prescricional somente pode ser interrompida uma única vez. A ação intentada posteriormente e arquivada não tem o condão de interromper novamente o prazo prescricional. Inteligência do artigo 202 do Código Civil. Recurso ordinário ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 00017111120125020011 - RO - Ac. 14ªT [20150695149](#) - Rel. Regina Aparecida Duarte - DOE 20/08/2015)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuição. Omissão de recolhimento

Descontos previdenciários e fiscais. Responsabilidade quota-parte reclamante e reclamada. Os descontos previdenciários são devidos por lei (art. 43 da Lei nº

8.212/91), cabendo a cada parte arcar com sua parcela nos termos do Provimento nº 1/96 da CGJT, art. 218-A da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria deste Tribunal, Súmula 368, item III do E. TST e Orientação Jurisprudencial nº 363 da SDI-1 C. TST. (PJe-JT TRT/SP [10017136120135020323](#) - 5ª Turma - RO - Rel. Jomar Luz de Vassimon Freitas - DEJT 28/08/2015)

Pensão. Cálculo

Pensão mensal. O dano material, o qual também é conhecido por dano patrimonial, atinge os bens integrantes do patrimônio, isto é, o conjunto das relações jurídicas de uma pessoa, apreciáveis economicamente. Tem-se a perda, deterioração ou diminuição do patrimônio. A reparação dos danos materiais se dá com a restauração da situação anterior ao ato danoso, o seu restabelecimento ao *statu quo ante* (reparação natural). A pensão tem o escopo de indenizar o dano material, na medida em que o Reclamante teve a sua capacidade laboral reduzida. O artigo 950 do Código Civil estabelece o direito em função da redução da capacidade laborativa, sendo irrelevante a vítima estar ou não recebendo remuneração de qualquer natureza, seja salarial, seja previdenciária. O fundamento para deferimento da pensão é objetivo, sendo a redução da capacidade laboral, o que implica maior dificuldade do trabalhador na consecução normal de suas atividades. A pensão objetiva suprir a perda causada pela seqüela da doença. Esta perda não pode ser medida apenas financeiramente. A indenização civil busca ressarcir a lesão física causada, não devendo ficar restrita à compensação de ordem financeira. (TRT/SP - 00004873520135020033 - RO - Ac. 14ªT [20150196851](#) - Rel. Francisco Ferreira Jorge Neto - DOE 20/03/2015)

PROVA

Relação de emprego

Reconhecimento de vínculo de emprego em períodos anterior e posterior ao registro. Provas apresentadas pelo autor. Superação da presunção de veracidade das anotações constantes em CTPS. A apresentação de documentos correntes da rotina diária de trabalho, como comprovantes de pagamentos efetuados por clientes, mediante cartões de crédito e débito, constituem confirmação do labor em período diverso ao registrado em CTPS. A presunção de que goza a anotação tem natureza relativa, subordinando-se ao confronto com as provas lícitas. Sem explicação patronal para que o reclamante detivesse os documentos e confirmado pela testemunha do empregador que a guarda dos tais fazia parte de sua rotina, imperativo o reconhecimento da existência de vínculo de emprego. Recurso do reclamante provido. (TRT/SP - 00002360520145020058 - RO - Ac. 14ªT [20150650951](#) - Rel. Willy Santilli - DOE 31/07/2015)

REAJUSTE SALARIAL GENÉRICO

Efeitos

Diferenças salariais. Empregado celetista reintegrado em autarquia federal por força do disposto no artigo 19 do ADCT. O direito é, essencialmente, um esforço humano no sentido de realizar o valor justiça. Mas essa própria noção de valor, por vezes se torna muito flutuante diante de uma situação litigiosa, exatamente pela contraposição de valores nele encerrados, que vão, não raro, além dos interesses das próprias partes. Merece reforma a decisão de Origem que reconheceu ao demandante o direito a diferenças salariais em razão da aplicação dos reajustes utilizados no Plano de Cargo dos servidores em regime estatutário do Banco

Central. Ao se adotar a modalidade de reajuste pretendida pelo demandante estaremos diante de um regime celetista, travestido, contudo, de estatutário. Não se pode admitir um regime intermediário, com a descaracterização de ambos os regimes (celetista e estatutário). Afinal, ou se é celetista, ou se é estatutário. Não existe o terceiro gênero. (TRT/SP - 00021871420125020055 - RO - Ac. 17ªT [20150613967](#) - Rel. Flávio Villani Macêdo - DOE 14/07/2015)

SALÁRIO (EM GERAL)

Funções simultâneas

Desvio de função. Nos termos do artigo 444 da CLT, as partes são livres para contratar e o fato do reclamante ter se ativado em outra função no decorrer do contrato de trabalho, compatível com aquela para a qual foi contratado, não fere a norma consolidada (artigo 468 da CLT) e não autoriza reconhecimento de remuneração superior à recebida. Ao contrário, constitui prerrogativa do empregador pelo poder diretivo insculpido no artigo 2º da CLT, já que seu o risco da atividade econômica, não se extraindo do procedimento o enriquecimento sem causa. Outrossim, o ordenamento jurídico em vigor não contempla a pretensão obreira, na medida em que o reconhecimento de eventual desvio de função pressupõe a existência de quadro de pessoal organizado, devidamente homologado pelo Ministério do Trabalho. (TRT/SP - 00020811720145020044 - RO - Ac. 7ªT [20150690376](#) - Rel. Dóris Ribeiro Torres Prina - DOE 14/08/2015)

SALÁRIO-UTILIDADE

Transporte

Salário utilidade. Utilização do veículo para fins particulares. Possibilidade. A teor da Súmula 367 do C. TST, o fornecimento de veículo, quando indispensável à execução do trabalho não tem natureza salarial, ainda que seja utilizado pelo empregado em atividades particulares. Assim, pouco importa se o autor recebeu dois automóveis, podendo utilizar-se de um deles para fins pessoais, eis que tal circunstância, por si só, não caracteriza a utilidade como salário. (TRT/SP - 00010697220135020053 - RO - Ac. 6ªT [20150340561](#) - Rel. Valdir Florindo - DOE 07/05/2015)

SENTENÇA OU ACÓRDÃO

Duplo grau de jurisdição (em geral)

Pedido não apreciado na sentença. Consequências. O pedido de diferenças de depósitos de FGTS não foi apreciado pelo juízo *a quo*. A parte não interpôs oportunamente embargos de declaração. Por estas razões é vedada a manifestação nesta instância sobre a matéria, conforme jurisprudência cristalizada na Súmula 393 do C. TST. (TRT/SP - 00021364020125020075 - RO - Ac. 14ªT [20150695068](#) - Rel. Regina Aparecida Duarte - DOE 20/08/2015)

SINDICATO OU FEDERAÇÃO

Eleições

Eleições sindicais. Nulidade do edital de convocação. Vício de publicidade. Prova. Hipótese em que o edital de convocação de eleições e o aviso resumido do edital foram publicados nos termos do Estatuto do sindicato. Demais requisitos também obedecidos, a revelar não haver nenhuma dúvida da ampla publicidade. Pretensão de lançamento de novo edital, com reabertura do prazo para inscrição de novas

chapas que não se justifica. Recurso do autor a que se nega provimento. (TRT/SP - 00030614620135020028 - RO - Ac. 17ªT [20150641421](#) - Rel. Flávio Villani Macêdo - DOE 24/07/2015)

Representação da categoria e individual. Substituição processual

Norma coletiva aplicável. Salvo exceções legais necessário que a empregadora também tenha sido representada no instrumento coletivo. Salvo exceções legais, para identificar a correta norma coletiva aplicável à espécie, não basta encontrar adequação somente entre o trabalhador e seu respectivo sindicato profissional. É primordialmente necessário também que a empregadora tenha sido representada no instrumento coletivo, à teor da súmula 374 do TST, ou seja: a norma coletiva que representa o empregado é aquela em que foram efetivamente representadas ambas partes contratantes: empregado e seu respectivo empregador. No presente caso, o sindicato da categoria econômica subscritor do instrumento coletivo juntado pela obreira não representa a empregadora da reclamante. O mesmo ocorre em relação à trabalhadora. Recurso ordinário da reclamante a que se nega provimento. (Processo Judicial Eletrônico TRT/SP - [10001633320145020311](#) - RO - Ac. 5ªT - Rel. Maurílio de Paiva Dias - DEJT 08/05/2015)